



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

418  
ml

**XXIX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 21/junho/2003**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO  
PRÓCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO  
INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juíza MARIA APARECIDA PELLEGRINA – Presidente do Tribunal e da Comissão  
Juiz LUIZ CARLOS GOMES GODOI  
Advogado VALTER UZZO (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz WILSON FERNANDES – Presidente da Comissão  
Juiz SÉRGIO PINTO MARTINS  
Advogado HAMILTON ERNESTO ANTONINO R. PROTO (OAB)

**SUPLENTE**

Juíza MARIA LUÍZA FREITAS  
Juiz PAULO AUGUSTO CAMARA  
Advogado ANTONIO RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 24 de junho de 2003, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II, bem como na internet, no site [www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br).

**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO**  
Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**DIREITO CIVIL**

**1) Considere as seguintes proposições:**

- I) o inadimplemento da obrigação gera a responsabilidade do devedor somente por perdas e danos, juros e correção monetária
- II) o inadimplemento da obrigação não gera ao devedor a responsabilidade pelo pagamento de honorários advocatícios
- III) o valor da cominação imposta em cláusula penal não pode exceder o valor da obrigação principal
- IV) o juiz deve reduzir a penalidade imposta por cláusula penal quando seu valor for manifestamente excessivo em relação à natureza e finalidade do negócio jurídico objeto da obrigação inadimplida
- V) a quitação da obrigação contraída somente poderá ser dada por instrumento particular em casos excepcionais

**A partir do Código Civil em vigor, identifique quais das proposições acima estão corretas:**

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) III e IV
- d) I e V
- e) todas as proposições estão corretas

**2) Em se tratando de prescrição, é correto afirmar que:**

- a) a renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá se feita antes que a prescrição se consuma;
- b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes, desde que não prejudique direito de terceiros;
- c) a prescrição ocorre em 10 (dez) anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor e pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita;
- d) o Juiz não pode suprir, de ofício, a prescrição, salvo para proteger interesse público;
- e) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos outros quando a obrigação for divisível.

419  
ml  
1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

420  
ml

**3) Assinale a alternativa correta sobre fato jurídico:**

- a) invalida o negócio jurídico que lhe é subordinado a condição fisicamente impossível, quando resolutiva;
- b) têm por inexistentes as condições impossíveis, quando suspensivas, e as de não fazer coisa impossível;
- c) negócio jurídico é espécie de ato jurídico lícito;
- d) ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo;
- e) nos testamentos, presume-se o prazo em favor do herdeiro, e, nos contratos, em proveito do devedor, salvo, quanto a esses, se do teor do instrumento, ou das circunstâncias, resultar que se estabeleceu a benefício do credor, ou de ambos os contratantes.

**4) Tendo em vista o período de "vacatio" por ele fixado, bem como as normas da Lei Complementar nº 95, de 26/02/1998, com as alterações da Lei Complementar nº 107, de 26/04/2001, o novo Código Civil ( Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), publicado em 11/02/2002, entrou em vigor em:**

- a) 11 de janeiro de 2002.
- b) 10 de janeiro de 2003.
- c) 11 de janeiro de 2003.
- d) 12 de janeiro de 2002.
- e) 12 de janeiro de 2003.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**5) Ao examinar a legalidade do ato administrativo, o Poder Judiciário poderá:**

- a) Examinar tanto os aspectos formais como o mérito;
- b) Examinar somente os aspectos formais;
- c) Examinar a regularidade dos atos vinculados ou discricionários, verificando tão somente se há ou não lesão a direito individual;
- d) Examinar somente a regularidade dos atos vinculados, aferindo se há ou não lesão a direito individual;
- e) Examinar somente a regularidade dos atos discricionários, aferindo se há ou não lesão a direito individual;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

421  
ml

3

**6) São princípios informativos da Administração Pública descritos expressa e unicamente no caput do artigo 37 da Constituição:**

- a) moralidade, confisco, publicidade;
- b) eficiência, legalidade, uniformidade;
- c) legalidade, indisponibilidade da coisa pública;
- d) moralidade, universalidade, integração;
- e) eficiência e impessoalidade.

**7) Assinale a alternativa correta:**

- a) O Poder Público não pode adquirir bens por usucapião, pois este é instituto exclusivo do direito privado;
- b) Os bens públicos afetados podem ser vendidos, mas em relação a eles não há usucapião;
- c) Não há prescrição em relação aos bens públicos, o que, permite, em princípio, que sejam alienáveis;
- d) Os bens públicos de uso comum do povo, uma vez desafetados, podem ser alienados, sem licitação;
- e) Os bens públicos, de uso comum do povo, desafetados, podem ser alienados, desde que haja autorização competente, avaliação prévia e licitação.

**8) Assinale a alternativa falsa:**

- a) É obrigatória a atuação do Ministério Público como fiscal da lei, se não intervier como parte na ação civil pública.
- b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
- e) Considerando-se o disposto no art. 5º, da Lei nº 7.347, de 24/07/1985 (*A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que: I - esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil; II - inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico*), o Distrito Federal não tem legitimidade ativa para propor ação civil pública.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

422  
ml  
4

**9) Servidor público que respondeu a processo criminal por causar dano a terceiro, é absolvido por insuficiência de provas.**

- a) a absolvição criminal produz o efeito de coisa julgada, não podendo mais ser discutida a culpa do servidor nas esferas civil e administrativa;
- b) a absolvição criminal não produz nenhum efeito no juízo civil ou na instância administrativa, sendo dever-poder da Administração mover-lhe ação regressiva de indenização e ainda instaurar processo administrativo disciplinar ;
- c) a culpa do servidor deve ser apurada somente mediante processo administrativo disciplinar, para efeito de aplicação da penalidade correspondente;
- d) a absolvição criminal exclui o exercício do direito de regresso e nenhuma penalidade poderá ser imposta ao servidor pela Administração;
- e) será excluído o direito de regresso, sendo, porém, dever da Administração aplicar pena disciplinar correspondente ao servidor apontado como causador do ato danoso;

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**10) Assinale a alternativa correta em relação às Constituições:**

- a) quanto ao conteúdo, são escritas e não escritas;
- b) quanto à origem, são promulgadas e outorgadas;
- c) quanto à extensão são imutáveis e analíticas;
- d) quanto ao modo de elaboração, são dogmáticas e formais;
- e) quanto à estabilidade são imutáveis e sintéticas.

**11) Assinale a alternativa correta:**

- a) O direito de petição significa que qualquer cidadão pode ingressar em juízo sem advogado, em virtude do *ius postulandi*;
- b) A Constituição assegura a todos pleitear junto à Administração Direta a defesa de direito ou contra a ilegalidade ou abuso de poder, independentemente do pagamento de taxas, o que é denominado direito de petição;
- c) O direito de petição é expressão sinônima do direito de ação;
- d) A Constituição assegura a todos pleitear junto à Administração Direta e Indireta certidões para a defesa de direitos, independentemente do pagamento de taxas;
- e) O direito de petição é expressão sinônima de recurso administrativo;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

423  
ml

5

**12) Assinale a alternativa correta:**

- a) A ação popular objetiva a defesa dos interesses difusos, pleiteando-se a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, e só pode ser proposta pela entidade prejudicada pelo ato administrativo; em caso de improcedência, o autor ficará sujeito às custas e ao ônus da sucumbência;
- b) A ação popular que pode ser proposta por qualquer cidadão, pleiteando-se a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural; o autor ficará isento da custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que improcedente ação, exceto se comprovada má-fé;
- c) A ação popular que pode ser proposta por qualquer cidadão, pleiteando-se a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, inclusive decisão judicial; o autor ficará isento da custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que improcedente ação, exceto se comprovada má-fé;
- d) A ação popular que pode ser proposta por qualquer cidadão, inclusive o Ministério Público, pleiteando-se a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, inclusive decisão judicial; o autor ficará isento da custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que improcedente ação, exceto se comprovada má-fé;
- e) A ação popular, que é sucedânea do mandado de injunção, objetiva a defesa dos interesses difusos, pleiteando-se a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, e só pode ser proposta pela entidade prejudicada pelo ato administrativo; em caso de improcedência, o autor ficará sujeito às custas e ao ônus da sucumbência;

**13) Assinale a alternativa falsa:**

- a) A investidura em cargo ou emprego públicos depende de aprovação prévia em concurso de prova ou de provas e títulos.
- b) É dispensável a prévia aprovação em concurso para a nomeação para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.
- c) É válida a contratação por tempo determinado, na forma da lei, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- e) A investidura em cargo ou emprego públicos de pessoas portadoras de deficiência não está limitada a percentuais ou outros critérios de admissão.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

424  
ml  
6

**14) Garantias da Magistratura. Estatuto**

- I - O Juiz, uma vez nomeado, só perde o cargo por sentença condenatória proferida em processo criminal realizado na forma da lei;
- II - A perda do cargo, antes de decorrido o biênio do estágio, dependerá de deliberação do Tribunal a que o Juiz estiver vinculado, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- III - O Juiz somente pode ser removido em duas hipóteses: quando requerer ou aceitar promoção;
- IV - O Juiz só pode ser removido quando aceitar promoção ou requer sua remoção ou por motivo de interesse público, pelo voto de dois terços dos membros efetivos do Tribunal competente, assegurado o direito de defesa;
- V - Em caso de mudança da sede do juízo, o juiz será compulsoriamente removido para ela ou para comarca de igual entrância.

**Consideradas as proposições, assinale a(s) alternativa(s) correta(s):**

- a) somente está correta a alternativa I;
- b) somente estão corretas I e III;
- c) somente estão erradas III e V;
- d) somente estão corretas II e IV;
- e) somente estão erradas II e V.

**DIREITO PENAL**

**15) Assinale a alternativa correta:**

- a) há fato típico na ocorrência de resultado lesivo em decorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) não admite tentativa o crime culposos;
- c) nos crimes preterdolosos é possível a tentativa;
- d) é possível a tentativa nos crimes unisubsistentes;
- e) envolve arrependimento eficaz se o agente é coagido a levar a vítima ao hospital que mortalmente feriu.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

425  
ml  
7

**16) Considera-se paralisação de trabalho de interesse coletivo:**

- a) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa;
- b) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública;
- c) frustrar, mediante fraude ou violência, paralisação coletiva lícita;
- d) constranger coletivamente, mediante violência ou ameaça grave, a celebrar convenção coletiva de trabalho;
- e) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar de assembléia sindical para greve.

**17) Assinale a alternativa correta:**

- a) o crime de constrangimento ilegal só se consuma quando o ofendido faz ou deixa de fazer a coisa a que foi constrangido.
- b) a ameaça é crime que se tipifica quando o mal que se enuncia, justo ou injusto, é grave.
- c) cárcere privado é a privação da liberdade de consciência da vítima.
- d) a redução à condição análoga à de escravo é contravenção penal.
- e) o seqüestro admite a forma culposa.

**18) Sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é a autoridade, como tal considerado:**

- a) o exercente de cargo, emprego ou função pública, civil ou militar, ainda que transitória e sem remuneração.
- b) o exercente de cargo, emprego ou função pública, civil ou militar.
- c) o exercente de cargo ou função pública, civil ou militar.
- d) o exercente de cargo ou função pública, civil ou militar, ainda que transitória e sem remuneração.
- e) o exercente de cargo ou função pública, civil ou militar, de modo permanente e remunerado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

426  
ml

8

**DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

19) Antonio teve anotado na CPTS salário inferior ao percebido. Em vista disso, assinale a alternativa correta:

- a) a nulidade é absoluta.
- b) a nulidade é relativa.
- c) a nulidade é absoluta e a prescrição é total e contada da data da extinção do contrato.
- d) a nulidade é relativa e a prescrição é parcial, contada da data da extinção do contrato de trabalho.
- e) a nulidade é absoluta e a prescrição é parcial, contada do início do contrato.

20) Antonio, que labora em atividade perigosa, sofreu acidente de trabalho (na ocasião não estava usando os EPIS) do qual resultou seqüela(cicatriz no rosto), que lhe impede a obtenção de novo emprego.

Assinale a alternativa correta:

- a) o empregado pode pleitear, em ação civil, o ressarcimento pelo dano moral sofrido;
- b) o empregado pode pleitear, em ação trabalhista, o ressarcimento pelo dano moral sofrido;
- c) o empregado pode pleitear, em ação trabalhista, o ressarcimento pelo danos material e moral sofridos;
- d) é indevido qualquer ressarcimento pois o empregador não cometeu qualquer irregularidade, até porque estava no exercício regular de seu poder diretivo;
- e) o empregado pode pleitear, em ação trabalhista, o ressarcimento pelo dano material e moral sofrido, devendo provar ter havido culpa do empregador;

21) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:

- a) o contrato de aprendizagem deve, obrigatoriamente, ser ajustado por escrito e anotado na CTPS, não podendo ser estipulado por mais de 1 (um) ano
- b) a empregada que adotar criança de até 1 (um) ano de idade tem direito à licença-maternidade de 120 dias
- c) o adicional de periculosidade incide sobre o salário básico do empregado acrescido de outros adicionais
- d) nos casos de revelia do empregador não há necessidade de realizar-se perícia para apuração do pleito de insalubridade
- e) a CIPA é composta por representantes designados pelo empregador e representantes eleitos pelos empregados, estes últimos com mandato de 1 (um) ano, não sendo permitida a reeleição



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

427  
ml

9

**22) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) o período de afastamento do empregado em virtude de exigência do serviço militar não é computado na contagem do prazo para a terminação do contrato de experiência, se as partes assim convencionarem;
- b) o afastamento do empregado, solicitado pela autoridade competente, em caso de interesse relevante para a segurança nacional, não configura suspensão do contrato;
- c) o empregado pode deixar de comparecer ao serviço, até 8 (oito) dias, sem prejuízo do salário, em caso de falecimento do cônjuge;
- d) a aposentadoria por invalidez acarreta a suspensão do contrato de trabalho;
- e) empregado não sofre desconto dos salários nos dias em que deixar de comparecer ao trabalho para realizar exame vestibular para ingresso em estabelecimento privado de ensino superior.

**23) No que se refere à rescisão do contrato de trabalho, é incorreto afirmar que:**

- a) o Promotor Público e o Juiz de Paz têm, em determinados casos, legitimidade para dar assistência ao empregado quanto da entrega do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho;
- b) a compensação no pagamento a que fizer jus o empregado não pode exceder um mês de remuneração, mesmo que o pagamento seja feito em periodicidade inferior;
- c) a assistência na rescisão contratual é gratuita para empregado e empregador, salvo se prestada por entidade sindical;
- d) para a jurisprudência predominante, a quitação dada pelo empregado, com a assistência do seu sindicato, tem eficácia liberatória em relação às parcelas consignadas no recibo, salvo se oposta, com relação a elas, ressalva expressa e especificada;
- e) ao empregado analfabeto as verbas rescisórias devem ser pagas em dinheiro.

**24) Ao tratar das conseqüências para a suspensão do trabalho sem prévia autorização do tribunal competente, a lei (art. 722 da CLT) estabelece que:**

- a) o "lockout" sujeita os empregados grevistas à pena de multa;
- b) o "lockout" implica a perda de estabilidade do dirigente sindical representante dos empregados;
- c) o "lockout" acarreta para o empregador a perda do cargo de representação profissional;
- d) o "lockout" retira dos empregados o direito aos salários durante o período de suspensão abusiva do trabalho;
- e) a lei não trata do "lockout".



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

428  
ml  
10

**25) Assinale a alternativa correta sobre o FGTS, conforme a Lei n.º 8.036:**

- a) o Ministério da Ação Social é o agente fiscalizador;
- b) a Caixa Econômica Federal é a gestora de aplicação;
- c) ao Conselho Curador do FGTS compete estabelecer diretrizes e programas de alocação de recursos em saneamento básico;
- d) a Presidência do Conselho Curador será exercida pelo Ministro chefe da Casa Civil;
- e) os juros dos depósitos são de 6% ao ano.

**26) A Encíclica *Quadragesimo Anno*, que trouxe orientações sobre o trabalho, foi escrita pelo papa:**

- a) Paulo VI;
- b) Pio XII;
- c) João XXIII;
- d) Leão XIII;
- e) João Paulo I.

**27) O direito à percepção do salário - família passou a ser assegurado ao trabalhador rural:**

- a) Com a decretação da Constituição de 1937;
- b) Desde a promulgação da Constituição de 1946;
- c) Desde a promulgação da Constituição de 1969;
- d) A partir da promulgação da Constituição de 1988
- e) Com a edição da Lei n.º 8.213/91.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

429  
ml  
11

**28) Antonio foi contratado pela empresa “ Estrela do Sul - Seg. Bancária e Patrimonial” para prestar serviços à “CET – Cia de Engenharia de Tráfego. Dispensado, não recebeu salários, horas extras e verbas rescisórias. Proposta reclamação contra as duas empresas, somente a segunda reclamada comparece à audiência, que, em defesa, argúi ilegitimidade de parte, alegando ter celebrado contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada através de processo licitatório, nos termos da lei 8.666/93**

- I - A segunda reclamada deve ser excluída do pólo passivo da ação, tendo em vista o disposto no artigo 71 da Lei 8.666/93, que veda, expressamente, a transferência de responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais à Administração Pública;
- II - A primeira reclamada, como verdadeira empregadora, deve responder, isoladamente, pelos créditos oriundos do contrato de trabalho;
- III - A segunda reclamada deve responder solidariamente pelos créditos trabalhistas, uma vez que a primeira reclamada não compareceu à audiência;
- IV - A segunda reclamada deve ser mantida no pólo passivo da ação, devendo responder subsidiariamente pelos créditos do reclamante;
- V - A terceirização foi lícita, já que procedida mediante processo de licitação e, portanto, a segunda reclamada é parte ilegítima para responder aos termos da ação.

**Indique a(s) proposição (s) correta (s):**

- a) duas são corretas: I e V;
- b) somente uma é correta: IV;
- c) três são corretas: I, II e V;
- d) somente uma é correta: V;
- e) somente três são corretas: I, II e III.

**29) Dirigente Sindical, dispensado sem observância da legislação, ingressa em juízo, postulando reintegração no emprego e indenização pelo período de afastamento. Em defesa, após decorridos 8 ( oito) meses da data da dispensa, a reclamada apresenta reconvenção, requerendo a instauração de inquérito judicial para apuração de falta grave contra o empregado estável.**

- a) A empresa decaiu do direito de aforar o inquérito;
- b) A empresa pode requerer a instauração do inquérito a qualquer momento;
- c) A empresa não decaiu do direito de aforar o inquérito, que é de dois anos da data da ciência da falta praticada;
- d) A empresa não pode mais discutir a justa causa, presumindo-se a dispensa imotivada;
- e) A empresa deveria ter requerido a instauração do inquérito judicial, no prazo de 30 dias, a contar da data da dispensa, sob pena de configurar-se a decadência.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

430  
ml

**DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**30) As federações são formadas por no mínimo:**

- a) três sindicatos;
- b) quatro sindicatos;
- c) cinco sindicatos;
- d) seis sindicatos;
- e) quatro sindicatos.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**31) Dos dissídios coletivos pode-se dizer que:**

- a) sempre são julgados pelos Tribunais Regionais do Trabalho;
- b) a instauração de instância sempre depende de aprovação pela assembleia geral de empregados;
- c) se os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários da forma da decisão proferida, os sindicatos de trabalhadores poderão ajuizar reclamação junto à Vara do Trabalho, independentemente da outorga de poderes de seus associados;
- d) a revisão das decisões que fixarem condições de trabalho podem ser revistas quando decorridos mais de seis meses de sua vigência, desde que tenha havido modificação das circunstâncias que ditaram o julgamento;
- e) das decisões proferidas em dissídio coletivo de natureza jurídica cabe recurso de revista, no prazo de 8 (oito) dias.

**32) Na propositura de ação rescisória na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:**

- a) salvo na hipótese de ser beneficiário da Justiça Gratuita, o autor deverá depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente;
- b) a ação é cabível na hipótese de divergência frontal com súmula de jurisprudência uniforme;
- c) na ação fundada em violação literal de lei não se aplica o princípio *iura novit curia*;
- d) se o valor da causa for inferior a dois salários mínimos, é incabível recurso contra a decisão proferida na ação rescisória;
- e) a ação é cabível contra decisão homologatória de acordo, se este resultar de dolo do empregador em detrimento do empregado.



431  
ml  
13

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**33) Assinale a alternativa correta:**

- a) a função correicional é exercida pelos Presidentes dos Tribunais do Trabalho, onde não houver o cargo de Corregedor Regional;
- b) os Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista estão sujeitos exclusivamente à atividade correicional dos órgãos da Justiça do Trabalho;
- c) da decisão proferida em correição parcial cabe recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho;
- d) a decisão proferida em correição parcial é irrecorrível;
- e) a correição parcial, quando acolhida, interrompe o prazo para interposição de recurso.

**34) Ao tratar das Comissões de Conciliação Prévia, a lei estabelece que:**

- a) as Comissões podem ser instituídas no âmbito da empresa ou do Sindicato e, tanto num quanto noutro caso, serão compostas de, no mínimo dois e, no máximo, dez membros;
- b) as Comissões têm prazo de dez dias para a realização de sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado;
- c) a provocação da Comissão não suspende o prazo prescricional, salvo quanto ultrapassado o prazo legal para realização da sessão de tentativa de conciliação;
- d) o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, independentemente de ressalva;
- e) a ausência do empregador ou do empregado à sessão de conciliação acarreta a inversão do ônus da prova em reclamatória posteriormente ajuizada.

**35) O prazo para o procurador do trabalho proferir parecer em recursos é de ....., a contar da data em que lhe for distribuído o processo:**

- a) 5 dias;
- b) 8 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;
- e) 20 dias.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

432  
ml  
14

**36) O prazo para oficial de justiça cumprir os mandados é de:**

- a) 5 dias;
- b) 7 dias;
- c) 9 dias;
- d) 10 dias;
- e) 15 dias.

**37) O despacho exarado pelo juízo de admissibilidade “a quo” em recurso de revista:**

- I - possui força preclusiva máxima de coisa julgada formal
- II - não possui força preclusiva máxima de coisa julgada formal
- III - tem caráter vinculante pelo juízo “ad quem”
- IV - é de cognição completa
- V - é de cognição incompleta

**Assinale a alternativa verdadeira:**

- a) duas afirmativas estão corretas;
- b) nenhuma afirmativa está correta;
- c) as afirmativas I, III e IV estão incorretas;
- d) só uma afirmativa é correta;
- e) as afirmativas I, III e V estão corretas.

**38) Em relação a fraude à execução, podemos afirmar que:**

- I) é disciplinada pelo direito material
- II) é regulada pelo direito processual
- III) constitui ilícito penal
- IV) a má fé do devedor precisa ser provada pelo credor
- V) os atos praticados são anuláveis

**Assinale a alternativa verdadeira:**

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) três alternativas estão incorretas;
- c) só uma alternativa é correta;
- d) duas alternativas estão incorretas;
- e) três alternativas estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

433  
ml

15

**39) No processo trabalhista, para o oferecimento de embargos à execução, a Fazenda Pública tem o prazo de:**

- a) 10 dias;
- b) 15 dias;
- c) 05 dias;
- d) 30 dias;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**40) Segundo a jurisprudência do TST, podem depor como testemunhas:**

- I - a testemunha contraditada;
- II - o ascendente e o descendente em qualquer grau;
- III - o colateral, até o terceiro grau;
- IV - a testemunha que está litigando ou que litigou contra o mesmo empregador;
- V - o substituído, na ação proposta pelo Sindicato na qualidade de substituto processual.

**Assinale a(s) alternativa (s) correta(s):**

- a) estão corretas I e V;
- b) estão corretas II e V;
- c) estão corretas I e III;
- d) está correta apenas a IV;
- e) estão corretas III e V.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**41) Da sentença pode-se afirmar que:**

- a) a falta de relatório constitui mera irregularidade, que não a torna nula;
- b) após sua publicação, o Juiz não pode alterá-la de ofício, salvo para corrigir inexatidões materiais e erro de cálculo, ou para suprir omissão evidente;
- c) as sentenças terminativas não transitam em julgado, mas fazem coisa julgada material;
- d) a aceitação da prova emprestada contraria o princípio de que “nenhum Juiz decidirá novamente as questões já decididas”, expresso no art. 471 do Código de Processo Civil;
- e) a sentença proferida contra a União, Estado, Distrito Federal e Município somente produz efeito depois de confirmada pelo tribunal, salvo se estiver fundada em súmula do STF.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

434  
ml  
16

**42) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) os regimentos internos dos tribunais regularão o processo e julgamento do conflito de atribuições entre autoridade judiciária e autoridade administrativa;
- b) no conflito entre turmas, seções, câmaras, Conselho Superior da Magistratura, Juízes de segundo grau e desembargadores, observar-se-á o que dispuser a respeito o regimento interno do tribunal;
- c) o foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes;
- d) a competência em razão do valor pode ser determinada por eleição de foro, onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações;
- e) se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar no andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal. Se a ação penal não for exercida dentro de 120 dias, contados da intimação do despacho de sobrestamento, cessará o efeito deste, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.

**43) Na remição no processo civil é lícito ao cônjuge, ao descendente ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados no processo de insolvência depositando:**

- a) o valor da condenação;
- b) o valor da avaliação;
- c) o preço por que foram alienados ou adjudicados;
- d) o valor da penhora;
- e) o valor da causa.

**44) Os pedidos são interpretados restritivamente. A assertiva permite concluir que:**

- a) Incluir juros legais na condenação, sem que o autor o tenha requerido, configura julgamento *ultra petita*;
- b) Não incluir juros legais na condenação configura omissão sujeita à nulidade decorrente da negativa da prestação jurisdicional;
- c) Juros legais devem ser inclusos na condenação, embora omissos o pedido inicial, sob pena de configurar-se ofensa à coisa julgada sua inclusão na fase de liquidação ;
- d) Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissos o pedido inicial ou a condenação;
- e) Incluem-se os juros moratórios na sentença, embora omissos o pedido inicial, sob pena de preclusão.



435  
ml

17

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**45) O Juiz decretará, de ofício ou a pedido, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, quando:**

- I - O autor der causa, por 3 (três) vezes, à extinção do processo, por abandono, por mais de 30 dias;
- II - Repete-se ação que já está em curso;
- III - O réu reconhece a procedência do pedido;
- IV - Os incapazes não estão regularmente assistidos;
- V - As partes terminam o litígio mediante concessões mútuas.

**Assinale a(s) alternativa(s) correta (s):**

- a) estão corretas I e III;
- b) está correta apenas III;
- c) estão corretas IV e V;
- d) estão corretas II e III;
- e) estão corretas I e II.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**46) Em matéria de custeio da Seguridade Social, a lei que instituir uma nova contribuição previdenciária entra em vigor:**

- a) no primeiro dia do exercício financeiro seguinte;
- b) em 60 dias da data da sua publicação;
- c) em 90 dias da data da sua publicação;
- d) em 120 dias da data da sua publicação;
- e) em 150 dias da data da sua publicação.

**47) Não se considerando que o segurado tem direito adquirido, é possível a acumulação dos benefícios:**

- a) auxílio-acidente com auxílio doença;
- b) aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por invalidez acidentária;
- c) salário-maternidade e auxílio-doença;
- d) mais de um auxílio-acidente;
- e) seguro-desemprego e auxílio-acidente.



436  
ml  
18

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**DIREITO COMERCIAL**

**48) A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor ocorre quando o vendedor incidir em:**

- a) concordata;
- b) auto-falência;
- c) insolvência;
- d) encerramento de atividade;
- e) obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

**DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**49) Com relação ao princípio da “*lex loci executionis*” é correto afirmar:**

- a) é absoluto;
- b) não é absoluto e se sujeita ao princípio da autonomia da vontade dos contratantes;
- c) é regido normalmente pela lei do país em que o contrato será executado;
- d) não interfere em outras legislações;
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**50) Quanto à imunidade de jurisdição é incorreto afirmar-se, em frente à jurisprudência brasileira, que:**

- a) A eventual impossibilidade jurídica de ulterior realização prática do título judicial condenatório, em decorrência da prerrogativa da imunidade de execução, não se revela suficiente para obstar, só por si, a instauração, perante Tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros, notadamente quando se tratar de litígio de natureza trabalhista;
- b) Os estados estrangeiros não dispõem de imunidade de jurisdição, perante o poder judiciário brasileiro, nas causas de natureza trabalhista, pois essa prerrogativa de direito internacional público tem caráter meramente relativo;
- c) Não há imunidade de jurisdição para o estado estrangeiro, em causa de natureza trabalhista;
- d) Malgrado os temperamentos que se vem impondo ao âmbito da imunidade do Estado estrangeiro, a jurisdição brasileira continua a ser absoluta, salvo renúncia, a imunidade ao processo de execução;
- e) A inexistência de imunidade de jurisdição para o Estado estrangeiro, em matéria trabalhista, alcança assim o processo de conhecimento como o processo de execução.